



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ - CAMPUS DE FLORIANO
CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**

GEANE BENVINDO DA ROCHA

**INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA APRENDIZAGEM
NAS ESCOLAS**

FLORIANO

2023

GEANE BENVINDO DA ROCHA

INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA APRENDIZAGEM NAS
ESCOLAS

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Especialização em
Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí,
Campus Floriano.

Orientador(a): Prof. Dr. Leanne Silva de Sousa.

FLORIANO

2023

INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS

Geane Benvindo da Rocha¹
Leanne Silva de Sousa²

RESUMO

O presente artigo destaca a necessidade de reflexão sobre os desafios da inclusão e as possibilidades de aprendizagem desses alunos, bem como a exclusão dessas pessoas, dentro do ambiente escolar. Trazendo como objetivo geral explicar o conhecimento sobre o acesso à escola aos alunos com Necessidades Educacionais Especializadas, favorecendo meios para que venha acontecer de fato o processo de ensino e aprendizagem por “todos” os que dela participam. Para tal, como metodologia empregamos nesse artigo a pesquisa bibliográfica, realizada por meio da leitura, seleção e análise de publicações, artigos, legislações, etc. nos quais foram selecionados os mais relevantes ao assunto central deste artigo. A partir dos resultados obtidos foi possível identificar os principais pontos que norteiam a Educação Inclusiva no ensino regular. As reflexões apresentadas mostram que apesar de grandes desafios é possível que se faça acontecer a aprendizagem, independentemente de qualquer que seja as limitações de cada sujeito. Concluimos que, é na mudança da escola que a inclusão desses indivíduos, de fato acontecerá, pois só após esta grande mudança, com o rompimento de paradigmas, é possível que a escola se transforme, se renove, acontecendo assim, uma ação transformadora, por todos aqueles que dela participa.

Palavras chave: Inclusão. Desafios. Possibilidades. Ensino, Aprendizagem.

ABSTRACT

This article highlights the need to reflect on the challenges of inclusion and learning possibilities for these students, as well as the exclusion of these people, within the school environment. With the general objective of explaining knowledge about access to school for students with Special Educational Needs, favoring means for the teaching and learning process to actually take place for “all” those who participate in it. To this end, as a methodology we used bibliographical research in this article, carried out through reading, selection and analysis of publications, articles, legislation, etc. in which those most relevant to the central subject of this article were selected. From the results obtained, it was possible to identify the main points that guide Inclusive Education in regular education. The reflections presented show that despite great challenges, it is possible to make learning happen, regardless of any limitations of each subject. We conclude that, it is in the change of the school that the inclusion of these individuals will actually happen, because only after this great change, with the disruption of paradigms, is it possible for the school to transform, renew itself, thus taking place a transformative action, for all those who participate in it.

Keywords: Inclusion, Challenges, Possibilities, Teaching, Learning.

¹Licenciada em pedagogia e Língua Inglesa. Especialista em Alfabetização e Letramento.
geanegeorgia@hotmail.com

² Doutora em Química pela Universidade Federal do Piauí. IFPI Campus Valença. E-mail:
leanne.silva@ifpi.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE), proposta pelo Governo Federal em 2008, trouxe inúmeros benefícios para o público-alvo da inclusão no Brasil e mostrou que, quando vistos a partir de seus potenciais, pessoas com deficiência podem exceder as expectativas que olhares anacrônicos e preconceituosos lhes impõem. É fato que a educação inclusiva ainda precisa caminhar muito para atingir seus melhores resultados.

Para Cunha (2018), esses alunos são grandes conhecidos da escola, pois repetem os seus anos escolares várias vezes, o que faz muitos se evadirem por serem diferentes dos bons exemplos da educação formal. Porém parece nada ser feito, para reversão desse quadro, pois as medidas sugeridas aparecem tão repetidas, tão sem saída, que não vão a fundo às razões causadoras deste fracasso, parecendo assim, como a culpa fosse por si só do aluno, esquivando a escola de suas obrigações com tais alunos, tão vítimas de pais, professores condições de pobreza, enfim, da sociedade.

Para reverter esse quadro é necessário lançar para fora a exclusão de nossas escolas e até fora dela, para que tenhamos êxito, progredindo, evoluindo e arriscando para que todos aqueles que têm ou não dificuldades de aprendizagem, sendo deficientes ou não, estejam inseridos em uma escola inclusiva de fato, obtendo assim uma educação plural e democrática que respeita o direito às diferenças no espaço escolar, desconstruindo assim, o atual sistema constituído de uma escola excludente. (NASCIMENTO, 2009)

A educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, implicando na transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção

Justifica-se a escolha desse tema a necessidade de discutir e refletir sobre os desafios e as possibilidades do quadro atual no qual as pessoas com deficiência ou não se encontram, trazendo a discussões dos elementos importantes sobre o ensino e a aprendizagem desses alunos, no ambiente escolar, com a intenção de oferecer uma contribuição aos questionamentos que permeiam a educação inclusiva e fazendo com que todos os que estejam dentro desse contexto, como escola e sociedade, possam participar de forma eficaz na construção de práticas e valores, de uma escola que verdadeiramente acolha e respeite as diferenças, colaborando assim na melhoria da qualidade de vida dessas pessoas que estão inseridas de forma errônea dentro da escola, excluídas devidas suas diferenças, necessidades educacionais especializadas, despreparo de toda comunidade escolar.

Pois segundo a afirmação de Fortes (2005) é através das instituições de ensino regular, que as atitudes discriminatórias se devem combater, propiciando condições, para o desenvolvimento de comunidades integradas que a base da construção da sociedade inclusiva e consequentemente a obtenção de uma real educação para todos.

Portanto o artigo apresenta maiores conhecimentos das condições de acesso e permanência dos alunos público-alvo da educação inclusiva (PNEE), a fim de que elas possam desenvolver dentro do espaço escolar, como também fora dele, suas atividades, proporcionando assim, maior autonomia, qualidade de vida e um ensino e aprendizagem, que, realmente faça toda a diferença na vida dessas pessoas, acontecendo de fato a verdadeira inclusão desses alunos na escola como bem como na sociedade.

Partindo desta explanação, este trabalho levanta os seguintes questionamentos como problemática: As instituições de ensino, realmente estão dispostos a eliminar as barreiras e adotar práticas de ensino adequadas às diferenças de “todos” os que necessitam ? As escolas estão realmente dando condições que atendam a todas as necessidades educacionais dos alunos com ou sem deficiência? É possível uma prática pedagógica de qualidade, de tal forma

a propiciar a aprendizagem que venha realmente incluir esses alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) em um espaço não excludente?

A fim de responder tais questionamentos, essa pesquisa tem como objetivo geral explanar o conhecimento sobre o acesso à escola aos alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), ofertando meios para que de fato aconteça o processo de ensino e aprendizagem por “todos” os que dela participa. Especificamente, pretende-se: identificar as barreiras que impedem a adoção de práticas de ensino que sejam adequadas às diferenças de todos que participam e necessitam da convivência no ambiente escolar em todos os seus processos; oferecer alternativas que atendam todas às necessidades educacionais dos alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE); inserir práticas pedagógicas, que venham ser capazes de propiciar de fato a aprendizagem aos alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), nas instituições escolares e identificar meios de como incluir os alunos com essas necessidades em um espaço escolar para que não sejam excluídos, dentro deste ambiente escolar como também fora dele.

2 INCLUSÃO ESCOLAR: O QUE É?

É fato que o verdadeiro conceito de inclusão escolar é receber todas as pessoas sem distinção, no sistema de ensino. Todas as instituições têm por obrigação oferecer atendimento educacional especializado, que venha atender a todas as pessoas com Necessidades Educacionais Especializadas (NEE).

A Legislação deixa claro que as escolas precisam ter professores preparados para trabalhar com esses alunos no ensino regular, possibilitando a inclusão destes educandos nas classes comuns, pois estes têm o direito de estudar nas escolas regulares é dever das instituições e dos professores, ampliar, elaborar e aplicar atividades que considerem as necessidades específicas destes discentes.

O artigo 208 da Constituição Federal Brasileira, diz que, é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado”, as pessoas com NEE, preferencialmente na rede regular de ensino. Condição esta que também consta, no artigo 54 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Para Maria Teresa Eglér Matoan (2003), uma das maiores defensoras da escola inclusiva Brasil,

“ Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças” e que uma sociedade só é justa quando dá oportunidade para todos, sem qualquer tipo de discriminação, e isso começa dentro da escola, aprendendo que, entender e reconhecer o outro é ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes, pois a inclusão acolhe todas as pessoas sem exceção.

Sendo assim a inclusão escolar resume-se, na ideia de que todas as pessoas têm direito ao acesso, a igualdade, ao entrar e matricular-se na escola regular de ensino, não sendo permitido, nenhum tipo de discriminação, seja de Gênero, etnia, religião, classe social, condições físicas, psicológicas, etc.

Dessa forma, as instituições de ensino precisam estar preparadas para dar as condições necessária a esses alunos, seja na parte física, como na capacitação de todos os profissionais da comunidade escolar, para que estes possam trabalhar com as diferenças dentro da escola, incluindo sem distinção ou separação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, faz referência às necessidades educativas específicas como responsabilidade do poder público e de matrícula preferencialmente na rede regular de ensino.

A Resolução N.2/2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a educação especial em seu artigo 2 enfatiza:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, e as escolas precisam organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais específicas, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade.

É fato que não é de hoje que a busca por uma educação inclusiva é o assunto principal nos debates da sociedade contemporânea e de qual será o papel das instituições escolares pelo o fim das causas que venha manifestar qualquer tipo de exclusão, pois estamos em tempos e espaços, que é possível sim, ser e aceitar o diferente, porém a mesma sociedade que vai as ruas pela liberdade de expressão é a mesma que exclui pessoas pelas razões de suas diferenças, que sejam, intelectuais, culturais, religiosas, físicas, sociais, sexuais ou mesmo por serem repetentes desistiram de ir á escola, entre outras.

“A busca por uma sociedade igualitária, por um mundo em que os homens gozem de liberdade de expressão, de crenças e possam desfrutar das condições de viverem a salvo dos termos e das necessidades, por um mundo em que o reconhecimento da dignidade seja inerente a todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos inalienáveis é o fundamento da autonomia da justiça, e da paz mundial, originou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que representa um movimento internacional qual o Brasil é signatário.(FACIÓ. 2008.p.55)

Portanto a inclusão é uma das possibilidades que se estende para o aperfeiçoamento da educação escolar superando os desafios e beneficiando todas as pessoas, com e sem deficiência, depende apenas da disposição interna para enfrentar o novo, condição essa que não é comum aos sistemas educacionais.

2.1 UMA REFLEXÃO SOBRE INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

O termo inclusão tem como significado, inserir algo ou alguém em um determinado espaço, poderá ser usado não apenas para se referir as questões das necessidades específicas, mas também ser aplicado a falta de acesso a todos os indivíduos, que se encontram excluídos e marginalizados, pela sociedade, ou seja, este termo faz menção tanto as pessoas com necessidades específicas , quanto a atitudes de exclusão que se referem a outras condições sociais, observados de forma negativa, no contexto de sociedade.

A inclusão faz-se necessária e urgente, pois afeta tanto os indivíduos com necessidades específicas como aqueles ditos normais, porém, alheias aos padrões de aceitação da sociedade.

É fato que já houve grande avanço no que se refere a inclusão e aos movimentos sociais, na década de 1948, com um dos principais acontecimentos da época, que foi a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que trás no seu artigo 1, o reconhecimento de que “ todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos”, assegurando assim, a todas as pessoas os direitos á liberdade, á educação e ao convívio social.

Foi a partir dos anos 60, que se principiaram uma intensificação do movimento mundial em defesa dos direitos das minorias pautada principalmente nos direitos humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS,1948).

No decorrer dos anos vem sendo um tema amplamente discutido e constantemente ressignificada, por intermédio de várias situações que venha a promover a reflexão de como as pessoas de necessidades educacionais específicas podem exercer seus direitos como cidadãos e a escola tem o papel fundamental nessa função, discutindo , repensando sobre a necessidade e a importância desta temática a favor da diversidade e de todas as diferenças.

No entanto só a partir de 1960, é que os olhares voltaram-se pra escola, com o objetivo de entender o desempenho escolar nada aceitável de alguns grupos sócias, logo depois do processo de padronização do ensino, onde os valores e produtos eram restritos somente aos grupos de elite e tornaram-se consumíveis por todos os segmentos da sociedade, assim foram

surgindo várias reflexões sobre o ensino e consequentemente sobre o fracasso escolar, para Pierre Bourdieu a educação escolarizada tem na escola um lugar de privilégios.

Segundo Bourdieu(1999),os estudantes não são seres ideais que competem na escola em instituição de igualdade; são sujeitos, socialmente constituídos com uma bagagem social e cultural que tem valor diferenciado, marcando significativamente sua trajetória na instituição escolar. O sociólogo coloca em questão a inutilização da escola e do social economicamente favorecida, são ocultadas e oferecida como cultura universal. Ou seja, se a escola não considerar as diferenças, trabalhar com novos paradigmas de alunos, agravará mais ainda as desigualdades dentro e fora do contexto escolar.

2.2 O PARADIGMA DA INCLUSÃO

A análise e a sensibilização a respeito da precisão na elaboração e organização de uma educação e de uma escola verdadeiramente inclusiva, tem seu início em um movimento internacional de caráter político, social, cultural e pedagógico (BRASIL, 2008), fundamentado em princípios de justiça social, igualdade, equiparação de oportunidades e inclusão de todas as pessoas. De acordo com Pacheco, “o princípio no qual a educação inclusiva baseia-se, foi considerado pela primeira vez, como lei, na Dinamarca, em 1969 e nos Estados Unidos em 1975 [...] e obteve ímpeto na Europa nos anos de 1990 “(PACHECO,2007, p.15)

A inclusão em discussão está muita mais adiante do que só a inserção do diferente em único modelo, padrão, hegemônico, normal. A inclusão aqui exige, requer com precisão um movimento tanto individual quanto social, em busca de um sentido á igualdade de oportunidades, no sentido em que “todos” sejam capazes de alcançar e participar de forma ativa e plena em sua autonomia própria. Para Bonilla:

É necessário pensar a inclusão como um conceito mais abrangente, que implique o incluído seja capaz de participar, questionar, produzir, decidir, transformar, é parte integrante da dinâmica social em todas as suas instâncias. (BONILLA,2005,P.62)

Neste sentido, a educação inclusiva, se destaca na atualidade e na sociedade que busca conhecimentos e o reconhecimento sobre a valorização do ser autônomo, do ser crítico, das capacidades diversificadas, vistas como qualidades e não como obstáculos para o crescimento, o desenvolvimento e a formação de um sujeito crítico e que seja concebível de seus próprios processos. A inclusão tanto social, como a escolar precisam ser trabalhadas nessa mesma direção. Para Rodrigues (2007), ela deve ser entendida como:

“[...] uma reforma educacional que promova uma educação conjunta de todos os alunos, independentemente das suas características individuais ou estatuto sócio econômico, removendo barreiras á aprendizagem e valorizando as suas diferenças para promover uma melhor aprendizagem de todos.” (RODRIGUES, 2007,p.34)

Porém a inclusão escolar em nosso país ainda é marcante pelas desigualdades e é preciso haver a colaboração de todos, formando parcerias e trabalhando em ações conjuntas como, o público e o privado, entre escola e família, o social e o individual, entre outros. Para que realmente essa inclusão venha acontecer, para isso é indispensável examinar cuidadosamente a maneira de como a educação está sendo conduzida na escola e na prática, se verdadeiramente está considerando “todos os alunos”, como especiais, únicos e solidários. Como se refere Mantoan:

A inclusão é um desafio que ao ser devidamente enfrentado pela a escola, provoca a melhoria da qualidade da educação, pois, para que os alunos com e sem deficiência, possam exercer o direito a educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas a fim de atender as diferenças.(MANTOAN,2007, p.45)

A mudança da escola é uma necessidade nos dias atuais e a inserção dessas pessoas, centra-se no contexto de causa e consequência dessa mudança.

2.3 A ESCOLA COMO ESPAÇO DO EXERCÍCIO DAS DIFERENÇAS

Uma comunidade é formada por pessoas, cada uma com suas especificidades, diferenças especiais, planos de vida, etc. E a escola como parte dessa comunidade deve atender a procura de cada indivíduo, vindo a ser o ponto de equilíbrio, entre os mais variados projetos individuais ou coletivos. Kuenzer (2006) destaca em um texto propalado da internet:

A escola é o lugar de aprender a interpretar o mundo para poder transformá-lo a partir do domínio das categorias, de método e de conteúdo que inspirem e que transformem, em práticas de emancipação humana em uma sociedade cada vez mais mediada, pelo conhecimento.

No entanto para que venha se concretizar a citação supracitada é ter como certo, de que as mudanças vêm surgindo ainda de um jeito bem vagaroso, mesmo assim é preciso por em execução. Pois a escola precisa estar preparada para receber e trabalhar esses alunos, incluindo-os na convivência com as diferenças no ambiente escolar e conseqüentemente fora deste, ou seja, em todos os meios sociais, fazendo com que todos entendam, que é imprescindível e inquestionável o respeito à diversidade, não só das diferenças, mas, também da capacidade de cada indivíduo, pois todos são capazes de ultrapassar barreiras, conseguindo grandes feitos e que só precisam de oportunidade para demonstrar o que querem e sabem fazer.

Portanto é na escola que adquire não só o conhecimento, como também, sua própria identidade, seus valores na interação entre todos os sujeitos do meio escolar, como, alunos com alunos, professores e alunos e outros conhecimentos como, espaço, tempo, encontros, diálogos, ou seja, todas as condições necessárias à completude humana. Pois:

Mudanças necessárias e difíceis, são possíveis, porque como sujeitos históricos, somos capazes de transformar o mundo e não simplesmente adaptar- mos a ele, bem como a luta contra a discriminação e a exclusão social e escolar de pessoas e aos princípios fundamentais de respeito à vida ,à pessoa humana e ao seu direito de exercer a cidadania. (FREIRE, 2000, apud MARTINS,2006, p.104)

Então é perceptível que há uma concordância, quando se trata de medidas para a transformação do ser humano, como ser capaz de se tornar um cidadão crítico e conhecedor de seus direitos, independentemente de suas limitações, é na escola que inicia todo esse processo de conscientização.

Quando se trata de inclusão é notável as angústias dos professores, por não estarem preparados para receber e aceitar um aluno com necessidades educacionais específicas em suas salas de aula, pois, não sentem-se seguros para atender e ensinar de forma eficaz a esses discentes, porém, para que possa acontecer a inclusão desses alunos no ambiente escolar, é preciso que os educadores mostrem que estão dispostos a superar tamanho desafio, encarando-o de frente, não só por ele mesmo, mas, por todos aqueles que pertence a esse meio, só assim garantirá a inclusão, através dos conhecimentos, a interação e a aprendizagem de “todos” os envolvidos nesse processo.

A formação e a obtenção de conhecimentos sobre a educação inclusiva, são fundamentais para estabelecer o alicerce à prática pedagógica dos docentes. Alguns autores, se destacam ao dissertar esse tema, entre tantos, Maria Teresa Mantoan, Emílio Figueira, Paulo Freire, etc. A respeito da necessidade do oferecimento de cursos de formação, que o educador venha a se qualificar para que se sinta capaz de oferecer realmente um ensino aprendizagem que engloba a todos que estão envolvidos nesse processo. A formação continuada torna o professor atualizado, capaz de dinamizar de forma criativa, sua prática pedagógica,

possibilitando-o, pensar e criar novos paradigmas, diferenciando-os dos já adquiridos. Para isso, é importante repensar sobre a qualidade dessa formação, onde a mesma venha atualizá-lo, para a educação, para a diversidade, para a prática, para a escola, para o aluno, em fim, para a valorização profissional do mesmo.

Seguindo nesta linha de reflexão, os educadores entenderão a importância dessa formação, entendendo que a mesma faz-se necessário, para se aperfeiçoar e trabalhar as questões das diferenças, seja qual for, dando ênfase a adequação dos conhecimentos já adquiridos com os novos a receber, aprimorando a ação da prática pedagógica ao conhecimento específico da área.

Temos na LDB a regulamentação da formação docente inicial e continuada (Arts.61,62,67,80,87), priorizando o atendimento às pessoas com deficiência ao indicar para a necessidade de ‘professores com qualificação na área, para o atendimento educacional especializado, assim como, os professores para o ensino regular, capacitados para incluir esses alunos, nas classes comuns’. (Art 59)

Portanto a formação desses profissionais será um processo de entendimento pelo próprio docente de suas concepções manifestadas sobre sua prática, assim como, o evidente compromisso com a mudança e com a construção contínua de sua formação na busca de dar significado à seu trabalho.

2.4 UMA HISTÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS

Ao falar da educação inclusiva, é crucial resgatar o histórico de lutas, conquistas e estudos que consolidaram essa estratégia pedagógica como um modelo de avanço educacional. Ao longo da década de 90, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência se mobilizaram em torno desse tema, resultando na publicação de importantes documentos. Desde a Declaração de Salamanca (1994) até a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 e incorporada à Constituição federal, na forma da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), em 2015, um amplo cobertor legal se formou para amparar o combate à segregação e ao capacitismo.

Historicamente, a diversidade de habilidades e características físicas e intelectuais foi categorizada pelo saber médico e científico na forma de padronizações excludentes. Nesse sentido, conformou-se ao longo do século 18 o chamado “corpo normal”, isto é, uma medida arbitrária de humanidade calcada em um conjunto de características tidas como necessárias para se constituir enquanto um sujeito de direitos. Uma pessoa que não atendesse a essas expectativas era definida como menos capaz e, por conseguinte, excluída dos espaços de convivência social, educação e trabalho. A esse fenômeno histórico e social dá-se o nome de capacitismo, o qual resulta da exclusão sistemática e estrutural de pessoas com deficiência.

A LBI é uma grande conquista na medida em que vai na contramão desse passado histórico, definindo a deficiência como atributo que não pode ser descolado do contexto, uma vez que se dá na interação de uma pessoa que possui uma ou mais características que divergem do padrão com barreiras. Em outras palavras, a deficiência – seja ela de que ordem for – só existe na relação com um mundo repleto de impedimentos para a plena inclusão da pessoa que a possui.

As barreiras podem ser arquitetônicas (portas estreitas, banheiros não adaptados, por exemplo); urbanísticas (calçada desnivelada, falta de piso tátil e sinal sonoro em semáforos, entre outros); nos transportes (ausência de rampas e corrimão); na comunicação (ausência de tradutores e intérpretes de Libras, legendas, textos ampliados e em braille etc.); tecnológicas (que impedem o acesso à tecnologia); e/ou atitudinais.

As barreiras atitudinais são um conjunto de preconceitos e predisposições contrárias à

presença e inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Imaginar que uma criança com deficiência atrapalha o processo de ensino e aprendizagem de outros estudantes é um dos exemplos mais contundentes e comuns dessa discriminação, como reproduziu o atual ministro da Educação, Milton Ribeiro.

As conquistas legais nesse campo consolidaram, contudo, a corresponsabilidade entre Estado e sociedade na eliminação de barreiras, de modo a possibilitar que pessoas com deficiência se desenvolvam de maneira autônoma e independente. Pensando nas implicações diretas desse debate para a educação, Rodrigo Hübner Mendes – superintendente do Instituto Rodrigo Mendes, referência na promoção de práticas inclusivas – compreende que:

“No âmbito da educação, tal perspectiva gera impactos contundentes no modo de pensar o acolhimento das diferenças humanas no ambiente escolar, uma vez que desconstrói o cômodo argumento de que a escola e os professores estão dispostos a atender ao aluno com deficiência desde que ele se adapte ao modelo presente. (...) Além disso, a convenção esclarece que as pessoas com deficiência não devem ser excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência. Ao contrário, devem ter acesso ao ensino em igualdade de condições com os demais estudantes, de modo a conviver plenamente com toda a comunidade escolar.”

2.5 EDUCAÇÃO INCLUSIVA UMA ESCOLA DE TODOS E PARA TODOS

O compromisso de uma educação que se propõe universal deve ser o de incluir a diversidade, fugindo de modelos padronizados, que não respeitam as realidades dos estudantes e de suas famílias e promovem cenários de exclusão e fracasso escolar. Historicamente, pessoas com deficiência tiveram o acesso à educação negado ou muito restringido.

Apesar dos avanços nas últimas décadas e do aumento progressivo de matrículas, a exclusão escolar ainda atinge desproporcionalmente as crianças e jovens com deficiência, as restrições se davam através de modelos educacionais de segregação – quando a criança ou o adolescente é apartado do convívio com a sociedade e com a família e confinado a uma instituição – ou de integração, modelo no qual a pessoa com deficiência frequenta uma classe ou escola especial.

Assim, as salas de aula e escolas especiais reproduzem muitas características do modelo segregador, uma vez que há uma forte presença da saúde e da assistência social na rotina escolar. Porém, a integração permitiu maior participação do estudante com deficiência em outros espaços públicos, ainda que não possibilitasse um “processo de aprendizagem em contato contínuo com os demais alunos, sob a alegação de que esse modelo era mais seguro e oferecia um atendimento de maior qualidade”. Com efeito, foi esse processo em contato contínuo que se mostrou, nas últimas décadas, como o modelo mais adequado e eficiente para a aprendizagem tanto das crianças e adolescentes com deficiência quanto para os demais estudantes.

Mas como podemos definir o que é o modelo de inclusão? Entre os mais diversos especialistas em educação inclusiva ao redor do mundo, o ponto de partida consensual é a ideia de que “o acesso à educação é um direito inegociável”.

A implementação desse direito deve contemplar três fatores que o qualificam e o sustentam. O primeiro é a garantia de convívio, de interação do estudante com deficiência com o restante da comunidade escolar, na medida em que essa interação é um ingrediente fundamental para que o aluno seja desafiado e possa desenvolver o máximo de seu potencial. O segundo fator é a garantia de acesso ao mesmo conhecimento, ou seja, ao mesmo currículo. Esse tema é muito oportuno, tendo em vista que estamos na fase de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que envolve traduzir em práticas pedagógicas os currículos que foram criados pelos estados e municípios. O fato de um estudante ter uma deficiência não pode servir de desculpa para que ele seja privado do conteúdo na sua íntegra,

mesmo que isso envolva flexibilizações ou diversificações de estratégias pedagógicas. O terceiro fator é a existência de altas expectativas para todos os alunos, independentemente de suas particularidades.

Portanto a educação inclusiva é para todos os estudantes. É para ter igualdade de oportunidades, valorização da diversidade, e promover a aprendizagem de todos, com deficiência e sem deficiência. A escola, a gente não pode esquecer, é muito mais do que um local de aprendizagem das disciplinas curriculares tradicionais, é um espaço de socialização e integração dos estudantes. É um espaço de valorização da diversidade que favorece o desenvolvimento cognitivo, evidentemente, mas também socioemocional, certamente não há perda de aprendizagem, pelo contrário, há um aumento da visão de uma sociedade democrática, plural, competente, associado a visões de empatia, criatividade, capacidade de trabalhar em conjunto.

Dessa forma, é fundamental para os alunos com deficiência e bom para os alunos sem deficiência. É preciso apoiar os professores, ofertar formação e subsídios necessários aos profissionais. Não se pode esquecer de forma alguma que não são as características individuais das pessoas com deficiência que atrapalham a escola ou impedem a inclusão. São as barreiras de segregação que impedem a inclusão. É necessária formação adequada aos educadores, transporte escolar, apoio aos professores em sala de aula, materiais pedagógicos adaptados, apoio sobretudo de oferta do atendimento educacional especializado e projeto pedagógico com intencionalidade inclusiva. “Uma escola de todos e para todos.”

3 METODOLOGIA

O projeto em questão visa realizar uma pesquisa sob a ótica da abordagem qualitativa, partindo do particular de uma temática para o geral, de natureza pura procurando o progresso científico e ampliando os conhecimentos teóricos a respeito da temática. É uma pesquisa formal, tendo em vista generalizações, princípios e leis. Tem por meta o conhecimento pelo conhecimento. (LAKATOS 2007)

A pesquisa desenvolvida neste artigo foi do tipo revisão bibliográfica, para isso utilizou-se de: artigos, monografias, dissertações e teses os quais discutem a temática, foram buscados no contexto nacional e, em seguida analisados quanto ao tipo de AVA que foi aplicado, quais conteúdos foram abordados e quais potencialidades e limitações. Para isso, um protocolo de busca foi organizado.

Para a realização desta pesquisa tomou-se como base os artigos publicados, revistas eletrônicas e sites atuais. Utilizou-se como critério de inclusão artigos, monografias, livros e revistas. Foram utilizados como critérios de exclusão trabalhos muito antigos, que não oferecem informações atualizadas sobre o tema abordado. A pesquisa foi realizada no período de março a agosto de 2023. Entre as principais fontes bibliográficas pesquisadas podem ser citadas: Matoan (2003), Cunha (2018), Silva (2012) entre outros.

3.1 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para avaliação da percepção sobre as condições e os conhecimentos de como incluir “todos” sem exceção no ambiente escolar, foi realizada uma busca por artigos, livros, documentos que trazem informações coerentes com o tema pesquisado de acordo com a necessidade de coletar as informações, buscando averiguar sobre a interação de alunos e alunos, alunos e professores e abrangendo a toda comunidade escolar.

Foi mantido os padrões éticos, assim como a identificação em qualquer publicação que possa resultar desse estudo e as informações necessárias referente à pesquisa. A mesma não causará risco algum, dano ou desconforto a nenhum dos envolvidos. Será realizada utilizando instrumentos bibliográficos, já conhecidos pela comunidade científica e de acordo com os

padrões normativos em relação a coleta de informações sobre o tema pesquisado.

A coleta e o tratamento dos dados foram realizados por meio da leitura, seleção e análise de publicações, artigos, legislações, etc. nos quais foram selecionados os mais relevantes ao assunto central deste artigo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentaremos aqui os resultados obtidos com a pesquisa, realizada em livros, artigos e legislações que se debruçam sobre o tema em análise. A partir dos resultados encontrados foi possível identificar os principais pontos que norteiam o a Educação Inclusiva no ensino regular, e discutiremos sobre eles a partir daqui.

É importante ressaltar que os ambientes escolares, no que tange o ensino regular, são genuinamente espaços de intervenção educacional, e estas intervenções educacionais são um importante meio para favorecer o desenvolvimento das crianças com déficit de aprendizagem, Cruz, *et al.*, (2010). Afirma que:

Na escola, todas as crianças e jovens com necessidades educacionais específicas (NEE) têm direito a ser incluídas na Educação e Ensino Regular, devendo as escolas reconhecer e dar uma resposta adequada as necessidades e diversidade destes alunos. (CRUZ *et al.*, 2010, p. 94).

Neste sentido, cada vez mais tem se observado discussões frequentes entre pesquisadores da área de educação especial, gestores de ensino, profissionais envolvidos com a educação de alunos com necessidades educacionais específicas, familiares e o próprio aluno com necessidades educacionais específicas, sobre como a inclusão escolar pode ser efetivada, se fazendo necessário uma formação continuada por parte dos professores que ainda não possuem capacitação adequada para lidar cotidianamente com as adversidades advindas desse desafio, que é educar de forma exitosa (SILVA, 2012).

Ressaltamos que existem desafios a serem resolvidos e superados, onde a não socialização e a integração dos alunos com NEE podem constituir um problema em seu desenvolvimento. Referente a isso, buscamos através da pesquisa, entender como são as práticas aplicadas nas escolas no que tange o processo de inclusão. E assim, conseguimos nortear como se dão as práticas pedagógicas no ambiente escolar, como se dá a convivência dos alunos com NEE na sala regular de ensino, bem como sua participação nas atividades propostas, como o currículo da escola.

4.1 AS PRÁTICAS DOCENTES UTILIZADA EM SALA DE AULA

Os métodos encontrados são basicamente um reflexo entre o aluno e o professor, pois conhecendo bem seu aluno, o profissional da educação pode buscar estratégias que alcancem as necessidades dos mesmos, onde a subjetividade entra em questão, e as relações entre a família e a escola devem ser consideradas, pois a família pode auxiliar muito o professor no processo de conhecer este aluno. Os professores demonstram preocupação em utilizar métodos diferenciados, com matérias concretos e adequando as suas necessidades, como também instigando o mesmo a participar de todas as atividades.

Diferentes estratégias metodológicas podem ser encontradas, e tem como principal objetivo, sanar as dificuldades enfrentadas pelas crianças no percurso do seu encontro com a aprendizagem. Quanto a isso Pereira, *et al.*, (2016) afirma que o método lúdico que traz para dentro da sala de aula, brincadeiras e jogos facilita a aprendizagem e diminui as dificuldades de maneira divertida.

Fica claro, que existe uma preocupação por parte dos docentes, em adequar melhor seus conteúdos trabalhados, para isso buscam inovar em formas de se ministrar um determinado assunto ou conteúdo, buscando novas estratégias na consolidação do ensino dos alunos com necessidades especiais em articulação com os demais alunos do ensino regular.

Apenas a busca de formas metodológicas diferenciadas, não pode ser o bastante, pois sabemos que a formação dos docentes é um importante catalizador, relacionado diretamente como trabalho do professor, e desenvolvimento de suas práticas pedagógicas em um nível mais especializado, conseqüentemente mais preparada para impetrar com segurança novas formas e práticas de ensino.

4.2 DESAFIOS DO TRABALHO COM ALUNO COM NEE.

O dia a dia na sala de aula traz consigo muitos desafios, pois os alunos são de contextos diferentes, cada um com sua subjetividade e costumes, portanto, foi relevante buscar entender quais as dificuldades do trabalho com o aluno com NEE.

A formação e aperfeiçoamento do professor frente a essa realidade, se configura um grande desafio, e leva a uma reflexão sobre outras dificuldades encontradas no cotidiano escolar, o conhecimento das características do aluno, que faz um paradoxo com a formação inicial e continuada desse professor, indo até os meios de fazer com que esse aluno interaja com os demais colegas. Isso é um reflexo da falta de formação adequada que acaba por prejudicar desenvolvimento das habilidades dos alunos com necessidades educacionais, lembrando que não temos a intenção de desmerecer o empenho do professor em sala de aula.

Desta forma, não se deve colocar o peso dessa inclusão somente aos professores, pois estes dependem também de incentivos para irem em busca de aperfeiçoamento em suas formações. Desse modo, Silva (2012) argumenta que a inclusão exige um grande investimento financeiro, o que também pode ser identificado como barreira, no que tange a esses desafios. Favorece neste contexto, a estrutura física escolar pouco ou nada adaptada, com falta de acessibilidade, mobiliários da escola, como mesas e cadeiras adaptadas, assim como a falta do próprio material didático, que se configuram como essenciais ao processo de promoção da inclusão escolar.

O número elevado de alunos na sala de aula, também é uma questão a ser revista, especialmente nas salas de aula que contam com alunos com NEE. Se torna quase impossível desenvolver alguma atividade com um efetivo rendimento, pois o barulho da sala é grande e incomoda os alunos, deixando-os inquietos. Além disso, a superlotação nas salas de aula, acabam por sobrecarregar não só os professores, como gestores e coordenadores que ficam constantemente tentando conter os alunos em busca de ordem e participação e atenção nas aulas.

4.3 FORMAÇÃO DOCENTE

Pesquisamos sobre a oferta de cursos de formação para trabalhar a inclusão nas escolas regulares de ensino, oferecido pelas instituições de ensino.

De acordo com os resultados, constatou-se que em maioria, as instituições (públicas e particulares) não ofertam cursos de formação continuada a seus profissionais, no que tange a educação inclusiva. Sabe-se que a formação continuada deve se constituir como uma prática corriqueira na vida do profissional de educação, em todas as modalidades e níveis de ensino, pois as adversidades e desafios existem e sempre estarão presente nas salas de aula, sobretudo quando se trata de educação inclusiva.

O que mais ocorre nos cursos de formação docente de forma geral, é o foco dado aos aspectos teóricos, com currículos defasados de uma prática pedagógica, não proporcionando,

por conseguinte a capacitação necessária aos profissionais, para o trabalho com a diversidade dos educandos (NASCIMENTO, 2009).

Nessa mesma direção a formação continuada deve prever uma aproximação surgida como proposta em se articular teoria e prática, a qual bem se sabe por ser amplamente discutido em outras áreas da educação, não sendo negligente em citar, pois a práxis é algo fundamental quando se trata de educar com qualidade e eficiência.

A formação para trabalhar com os alunos com NEE se dá de forma inicial e continuada, articulada com o próprio contexto prático do profissional da educação, em que o mesmo se utilize de seu arcabouço teórico e prático para enfrentar as dificuldades que surgem no ambiente escolar regular e especial (SILVA, 2012).

4.4 ADAPTAÇÕES CURRICULARES

Esse quarto ponto, dentro dessa perspectiva, na busca de melhorias no ensino de crianças com necessidades educacionais específicas, destaca sobre as possíveis adaptações curriculares e melhorias que podem – e devem – ser feitas nas escolas, para atender estes educandos.

Segundo a pesquisa, recursos didáticos são quase que indispensáveis no sentido de auxiliar as atividades do professor e suas práticas pedagógicas. Observamos que existe uma preocupação em se trabalhar as especificidades de cada aluno, pois sabe-se que cada educando é singular e deve existir por parte do educador esse olhar individualizado. No entanto, percebe-se que no ensino regular a inexistência de materiais adequados e até mesmo a falta de conhecimento, faz com que estes produzam mecanismos suficientes para o rendimento do aluno, que necessita de todas essas adequações educacionais.

Não há dúvidas, que uma escola para está apta a receber alunos com necessidades educacionais específicas, precisa de um currículo reformulado, que vá desde a formação de todos os profissionais envolvidos na educação escolar, até a aquisição de materiais escolares que deem condições para que estes profissionais possam realizar o trabalho da forma mais exitosa possível.

Sabemos, no entanto, que existe uma ausência de materiais adequados nas escolas, assim como uma estrutura insipiente, que deixa a desejar o trabalho dos educadores e, por conseguinte o desenvolvimento de seus alunos. Cabe ressaltar, que é possível que nenhuma outra forma de educação os recursos didáticos assumam tanta importância como na modalidade inclusiva. Tais ferramentas auxiliam os professores em sua ação pedagógica, constituindo elementos primordiais (CERQUEIRA; FERREIRA, 2000).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui apresentadas mostram que apesar de grandes desafios é possível que se faça acontecer a aprendizagem, independentemente de qualquer que seja as limitações de cada sujeito. E a escola precisa adequar-se de todas as maneiras, para receber e oferecer um ensino-aprendizagem, a “todos” aqueles que têm ou não, qualquer que seja a dificuldade e a necessidade de um ensino de qualidade e que respeite o direito às diferenças.

Mesmo enfrentando vários desafios, ela se encontra com a necessidade de aprender sobre a inclusão, fazendo-se refletir a respeito das diferenças, pois esta faz parte da rotina do vida escolar, pois é nela (na escola) que obrigatoriamente se deve oferecer o ensino para e na diversidade, sendo notável que esta, já faz parte do cotidiano de todos os seres humanos. É na mudança da escola que a inclusão desses indivíduos, de fato acontecerá, pois só após esta grande mudança, com o rompimento de paradigmas, é possível que a escola se transforme, se renove, acontecendo assim, uma ação transformadora, por todos aqueles que dela participa.

Concluimos que, a inclusão escolar apesar dos muitos desafios, tem imensas

possibilidades de acontecer, assim, torna-se um sonho não muito distante, possível e necessário que se faça a sua realização imediatamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990.

CERQUEIRA, J. B.; FERREIRA, M. A. **Os recursos didáticos na educação especial**. Rio de Janeiro: Revista Benjamin Constant, nº 5, dezembro de . p.15-20.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas** / Eugênio Cunha. – 5 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, p. 43 – 49, 2018.

FACION, J.R. **Inclusão Escolar e suas implicações**. IBPEX.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

_____. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**.

2008. Disponível em: . Acesso em: 23 abril. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo, Paz e Terra, 1978.

Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**.

MACHADO, R. **Escola aberta às diferenças: Consolidando o movimento de reorganização didática**. Florianópolis: PRELO, 2004.

MANTOAN, M, T. E. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo, Memnon. Edições Científicas, 2001.

MANTOAN, M, T, E. **Inclusão escolar: O que é? Porquê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MORIN. E. A cabeça bem feita: **Repensar a reforma, reformar o pensamento**. 4 ed. Rio de Janeiro, 2001.

NASCIMENTO, R. P. do. **Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. 2009.

Nilholm, C. (2021). Research about inclusive education in 2020 – How can we improve our theories in order to change practice? *European Journal of Special Needs Education*, 36(3), 358–370.

SAMPAIO, Cristiane T. **Educação inclusiva: O professor mediando para a vida**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARTINS, L. A. R. *et al.* **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2006.p.104

PACHECO, J. (org.). **Caminhos para inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PEREIRA, M, A, C. **A Importância Do Lúdico No Primeiro Contato Com O Meio Líquido Na Educação Infantil.** Revista Conhecer & Produzir. Recife, Pernambuco. n.1. 2016.

SILVA, A. B. B. **Mundo singular: entenda o autismo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.